

REDEFINIR EXCLUSÃO SOCIAL

LUÍS FERNANDES

FAC. DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DA U.P.
CENTRO DE CIÊNCIAS DO COMPORTAMENTO DESVIANTE

Produz-se uma reflexão sobre um objecto actualmente no centro dos chamados “problemas sociais”: a exclusão social. Não se defende uma tese, nem se comunicam resultados de uma investigação — propõem-se elementos problematizadores, falando-se a partir da posição de etnógrafo urbano para participar reflexivamente no discurso sobre os “excluídos”, os “marginalizados”, os “relegados”, sobre as “periferias sociais”.

This paper presents a reflection on the object presently at the centre of the so called “social problems”: social exclusion. The aim is not to present a thesis on this subject nor to communicate research results; what is presented are elements that enable an insightful discussion of these issues. The speech and standing is that of an urban ethnographer wishing to promote the participation of wider audiences in a reflection on the discourses on the “excluded”, the “marginalised”, the “underclass” or on the social fringes.

Ao longo deste texto, produz-se uma reflexão sobre um objecto actualmente no centro dos chamados “problemas sociais”: a exclusão social. O texto, na sua forma original, visava a comunicação oral¹; embora com as imprescindíveis adaptações, decidimos manter-lhe as características: sintético, directo, com pouco recurso às referências académicas habituais nos textos científicos. Não se defende aqui uma tese, nem se comunicam resultados de uma investigação — propõem-se elementos problematizadores. Ainda assim, mandam as regras do discurso dos especialistas que se nomeie a fonte de legitimação: com que direito falamos, ao falarmos de exclusão social? A que título vimos inscrever a nossa palavra no discurso que traz para o centro a margem socio-espacial? De facto, estamos perante um desses objectos que, disse-o Bourdieu, faz falar mais do que fala: “queremos agora dar a palavra, como escritor público e não como porta-voz, a pessoas que, normalmente, são faladas mais do que falam” (Bourdieu, 1991).

Falaremos a partir da posição de etnógrafo urbano. Não para comunicar resultados da nossa pesquisa de observação participante levada a cabo em bairros sociais da periferia do Porto, mas para, partindo sem dúvida desta experiência, participarmos reflexivamente no discurso sobre os “excluídos”, os “marginalizados”, os “relegados”; ou sobre as “periferias sociais”, as “populações socio-espacialmente marginalizadas”, os “grupos vulnerabilizados”; ou ainda sobre a “underclass”, o “lumpen” ... “(...) Tentar assim complicar um pouco a tarefa de todos os “habilitados” (...) que se precipitam nos jornais ou perante as câmaras armados da pretensão ao magistério intelectual, para dizerem como é um mundo social que eles ignoram ao ponto de ignorarem a sua ignorância mesma” (Bourdieu, 1991).

1. A CONSTRUÇÃO DA EXCLUSÃO SOCIAL

Primeira constatação: as categorias que ainda agora acabámos de enunciar são a nova maneira de dizer pobreza. Têm a vantagem de propor novos horizontes para conceptualizar este

¹ Comunicação apresentada nas Jornadas “Inovação no Combate à Marginalidade e à Exclusão Social”. Aveiro, Centro Cultural e de Congressos, organização da C. M. de Aveiro.

fenómeno e a desvantagem de serem mais difusas e inexactas do que aquela que querem substituir (a título de exercício demonstrativo: quais são as semelhanças entre um conjunto de famílias cabo-verdianas a viver em barracas e um grupo de *junkies* e *dealers* nas traseiras de um bloco de um bairro da periferia?; e as semelhanças entre um *ghetto* desorganizado socialmente e um bairro social pautado por rotinas tranquilas e com solidariedades comunitárias?).

Segunda constatação: vários autores têm sublinhado o facto de os espaços marginais suscitarem atitudes opostas: rejeição, mas também nostalgia e fascinação (Delarue, 1991; Shields, 1991; Fisher, 1994; Graham & Clarke, 1996). O que lhes confere um estatuto marginal pode ser a localização específica “out-of-the-way” (ocuparem espaços ociosos, terrenos intersticiais como certos núcleos de barracas), ou a circunstância de serem sítios de actividades ilícitas ou desvalorizadas socialmente (por ex. os “hipermercados das drogas”, Casal Ventoso à cabeça — cf. Fernandes, 1995). Seriam de tal modo uma marca da paisagem urbana que aparecem na literatura da especialidade expressões como “culture de la banlieue”, assente no enfraquecimento dos vínculos colectivos e no tema do medo — vimos já chamar-lhes “territórios do medo”.

Em síntese, a exclusão social não é uma evidência empírica que se extraia directamente — quando muito, a evidência perceptiva diz respeito a indivíduos ou zonas em situação de pobreza ou de marginalização — mas uma construção intelectual. Esta construção propõe a pobreza como uma realidade complexa e serve de legitimação a práticas de ortopedia social.

Os grupos pobres, desde que com comportamentos desviantes associados, e as periferias sociais acabam assim por ser um dos objectos privilegiados por uma certa “inteligentia” sociológica (veja-se a atenção que lhe tem dado a revista dirigida por P. Bourdieu...), como que a dar razão ao refrão do samba brasileiro que diz “pobre gosta de luxo, quem gosta de miséria é intelectual”. Parece haver, neste processo de construção, uma mudança de regime, que se reflecte tanto ao nível dos modelos compreensivos como das práticas de intervenção. Nos últimos anos, têm-se reforçado as condições para o seu desenvolvimento, seja por factores económicos (os fundos comunitários dirigidos a populações multi-risco), seja sob a pressão da moda do *politically correct*, que obriga a redefinir as antigas “classes perigosas” ou o triângulo “ociosidade-vício-pobreza”.

A exclusão social é, pois, o tema central daquilo a que poderíamos chamar o *modelo técnico*. Tradicionalmente, a pobreza era ligada à ociosidade ou à degenerescência. O “degenerado”, figura que atravessa todo o discurso etiológico da medicina mental ao longo do séc. XIX, liga-se a todos os males que afligem a sociedade. Uma racionalidade assente na defesa social procurará novos espaços de enquadramento para os indivíduos que perturbam a ordem social; a pobreza é uma espécie de caldo de cultura de degenerados; confere-se-lhe poder causal — é nos meios pobres que prolifera a desordem, por ausência de regras morais e de princípios educativos. Estes meios têm tendência a tornar-se “malsãos”, fazendo conviver todos aqueles que, não participando da lógica produtiva nem se sujeitando ao trabalho, ameaçam o equilíbrio social. O trabalho será colocado no centro das acções de “regeneração”, sendo

princípio de sujeição corporal, espiritual e moral (Foucault, 1976). Este modelo assistencialista parte, pois, da pobreza-causa para lhe anular a eficácia perturbadora, através da “correção” e da “regeneração”. É no contacto com os espíritos sãos que se reconduz à utilidade social a infância abandonada, o adolescente vagabundo, o adulto ocioso. Está, assim, legitimada a intervenção sobre estas categorias sociais problemáticas, a partir de um duplo registo de defesa social e de vontade humanitária.

As “classes desfavorecidas”, que a sociologia e a psicologia farão aparecer nos seus estudos ao longo do século XX, representam já um primeiro corte com a pobreza-causa. O próprio reconhecimento de que estão desfavorecidas assenta na ideia de estratificação social e de desigual acesso às fontes de oportunidades, independentemente da vontade dos grupos atingidos. A pobreza é, assim, estrutural, emana do funcionamento socio-económico capitalista, é efeito e não causa. O pobre é vítima de um processo social a que não é chamado.

Os trabalhos da Escola de Chicago dos anos 20 e 30 conferirão outro estatuto aos grupos pobres. Estes participam na dinâmica do espaço da cidade, ocupam as suas “áreas naturais” definidas através de processos territoriais de segregação e mobilidade e aí produzem e reproduzem estilos de vida que contribuem para a variedade do mosaico urbano. Os desviantes, os marginais e os pobres passam de agressores ou de vítimas (respectivamente o “degenerado” e o “desfavorecido”) a actores. Na década de 40, Oscar Lewis propõe a “cultura da pobreza”:

“A palavra cultura em antropologia significa essencialmente um esquema de vida que passou de geração para geração. Quando aplico o conceito de cultura

ao estudo da pobreza, pretendo unicamente chamar a atenção para o facto de a pobreza das nações modernas não ser só um estado de privação económica, de desorganização ou da falta de coisas, mas também algo de positivo no sentido em que possui uma estrutura, um ratio e mecanismos de defesa sem os quais os pobres não conseguiriam subsistir. Em suma, é um estilo de vida altamente estável e persistente, herdado por cada geração dentro da mesma linha genealógica. (...) Constitui um factor dinâmico, que atinge a esfera de uma participação numa cultura nacional mais ampla e se converte ela própria numa subcultura.” (Lewis, 1983)

As “classes perigosas”, as “classes desfavorecidas” e a “cultura da pobreza” representam três concepções sobre os grupos-problema. Se a primeira quase se diluiu, as outras duas coexistem hoje no interior do *modelo técnico*, com larga predominância para a “classe desfavorecida”. Em que elementos assenta este modelo?

Elementos descritivos

Isolamento e ruptura com a cidade são o elemento espacial dominante; este isolamento é descrito como margem — a periferia é lugar de margem simultaneamente espacial e social.

À observação mais proximal o bairro aparece como lugar mal conservado, ao nível dos espaços públicos e dos edifícios e com fraca qualidade dos alojamentos. Os elementos descritivos da população referem o baixo estatuto sócio-económico, a grande taxa de desemprego, o desequilíbrio na composição etária, o peso das economias informais e das actividades desviantes; o socio-ambiente caracteriza-se pela sobre-ocupação e pela falta de equipamentos que organizem os tempos mortos e as sociabilidades.

Os elementos tanto físico como socio-ambientais reforçar-se-iam mutuamente (por ex. a sobre-ocupação degrada o espaço físico, a

degradação do espaço físico atrai vandalismo, o vandalismo gera percepções negativas do ambiente, estas diminuem a auto-estima dos residentes, o que provoca falta de interesse na conservação dos espaços, etc...). Exemplificaremos com dois excertos a caracterização descritiva dos bairros; o primeiro refere-se à cidade de Lisboa e o segundo a “cités” francesas:

“ (...) o baixo nível de rendimento e de despesa; o reduzido grau de instrução; precaridade do nível de saúde; posição insatisfatória na actividade económica e no mercado de trabalho; alta propensão à não participação social; real marginalização e exclusão social.” (Cardoso, 1993)

“Lugares urbanos de habitação social, lugares de pobreza — o espaço de acondicionamento de populações marginalizadas ou subalternas no circuito económico-social da cidade dominante” (Spence, 1991).

Os elementos descritivos com que hoje são caracterizados os grupos socio-espacialmente marginalizados nada acrescentam aos já inventariados por O. Lewis na década de 40. Refere como “características de ordem social e psicológica a falta de intimidade, espírito gregário, índice elevado de alcoolismo, recorrer frequente à violência na resolução de zangas, emprego da violência física na educação das crianças, bater na mulher, iniciação precoce na vida sexual, uniões livres ou por acordo, forte predisposição para o autoritarismo e uma grande importância dada à solidariedade familiar — só raramente posta em prática” (Lewis, 1983). Define, deste modo, características a que chama estruturais da pobreza, “dada a persistência de certos traços e semelhanças notórias na estrutura da família, relações interpessoais, orientação temporal, sistemas axiológicos, padrões de despesa e sentido de comunidade nas camadas sociais inferiores

de Londres, Glasgow, Paris, Harlém e Cidade México” (Lewis, 1983)

Elementos explicativos

O bairro social concentra populações desfavorecidas — eis a constatação primeira, da qual nenhum autor se afasta. Explicar a origem e as condições de reprodução destas unidades socio-espaciais exigiu, em primeiro lugar, uma distanciação em relação à forma vulgar de falar a pobreza; as noções de exclusão social, de relegação, de segregação, de vulnerabilidade, de classe socio-espacial, de periferia social, de *ghetto*, de cultura da pobreza; de cultura da “banlieue” ou de etiquetagem e de estigmas socio-espaciais, são reveladores linguísticos da vontade de sobrepôr um discurso de recorte técnico àquele que vigorava — o da pobreza-ociosidade, o da pobreza degenerescência moral e perigosidade, que constituiu a modalidade discursiva dominante pelo menos desde a revolução industrial.²

A exclusão social situa a pobreza num limiar explicativo em corte com o regime em que era *causa* dos males sociais; a exclusão social é, pelo contrário, *consequência*. De quê? De situações de acúmulo, ou da incidência simultânea duma série de factores. A um *modelo moral* substitui-se, ao

² O discurso da medicina mental do final do séc. XIX em Portugal tem já a vontade de corte com a ideia comum da pobreza-ociosidade, procurando-lhe uma grelha produtora situada tanto nas condições psicológicas do indivíduo como no seu meio social. São os primeiros esboços dum modelo técnico da pobreza que se situa para lá da grelha moral, tecido pelos primeiros especialistas a quem foi feito o pedido de defesa social dos “degenerados”: os médicos “alienistas”. São ilustrativos, a este respeito, os primeiros relatórios clínicos do primeiro hospital construído de raiz para “alienados” — o Conde Ferreira — da autoria de A.M. de Senna ou de Júlio de Matos.

menos ao nível do discurso, um *modelo técnico*. Compõem-se de vários tipos de elementos, que poderíamos dividir em três grupos: de base económica, de base ecológica e de base simbólica.

- *base económica*: as urbes não fogem à regra da sociedade em geral, sendo palcos de conflitos de interesse devidos à disputa pelos recursos e pelo poder. O acesso ao trabalho e à habitação são fontes permanentes de desigualdade social e o valor económico dos solos o determinante da periferização. A marginalização aparece assim como um fenómeno estruturalmente inscrito nas economias dos países industrializados e os grupos subalternizados descritos a partir de índices económicos e socio-demográficos. O lumpen, a *underclass*, os desqualificados, seriam assim o extremo social deste mecanismo cuja caracterização é inspirada numa sociologia do conflito que radica — ainda quando a superfície da linguagem parece afastar-se — na teoria marxista³.

- *base ecológica*: procura esclarecer as dinâmicas de espacialização, que seriam fortemente explicativas de certos fenómenos, como a conflitualidade ou o tipo de tolerância a actividades e indivíduos desviantes. A delimitação de territórios, a visibilidade relativamente a outros grupos

³ Um exemplo claro de uma investigação que recorre a esta forma explicativa é-nos dado por Boaventura Sousa Santos (1980) no estudo que efectua sobre uma favela do Rio de Janeiro. Citemos ainda o seguinte excerto, igualmente exemplificativo: "A nova desigualdade social, nem sempre óbvia ao olhar do cidadão, está silenciada pelos meios de comunicação e relegada por aqueles que parecem ser os principais problemas das nossas cidades: o tráfico, o consumo de drogas, o crime de rua e a contaminação. Esquece-se assim que estes são, frequentemente, não tanto causa como expressão da *malaise* urbana e que é justamente nas fontes de desigualdade social que temos de indagar para encontrar soluções." (García, 1991).

dentro do bairro ou fora dele (respectivamente visibilidades de semelhança e de contraste, na expressão proposta por Ferreira de Almeida et al, 1992), a privacidade, seriam fenómenos sociais cuja regulação produz um efeito de conjunto.

- *base simbólica*: é precisamente este efeito de conjunto que acaba por fazer cristalizar uma imagem do bairro. Esta determina grandemente as relações deste com a cidade: quando é construída em torno de factos considerados negativos (tráfico de droga, por ex.) o estigma a que este espaço fica sujeito potencia a sua ruptura com a cidade normativa, a homogeneização dos habitantes sob a etiqueta negativa, a perda da auto-estima colectiva e o conseqüente agravamento da situação (porque há quebra dos mecanismos de solidariedade e controle social informal, o que torna possível a presença de mais indivíduos ligados às drogas e, por fim, o reforço da imagem do bairro como lugar de traficantes. Reabre-se o ciclo do estigma e assim por diante).

Os elementos ecológico e simbólico remontam aos trabalhos da Escola de Chicago, que investigaram as bases ecológicas da desorganização social e do *ghetto*. Nestes processos é necessário ter em conta a diversidade social e a heterogeneidade cultural dos grupos em co-habitação e em vizinhança espacial, relacionadas com a assimilação, a integração e a segregação entre eles.

2. AS PRÁTICAS INTERVENTIVAS

O modelo técnico é de vocação interdisciplinar, embora com o predomínio das enunciações

sociológicas, e resulta, mais do que da tomada da marginalidade socio-espacial ou da exclusão social como objectos *de per se*, da construção paulatina destes temas como resultado da intervenção no terreno. Com efeito, mais do que de objectos, trata-se de palavras que concentram um conjunto de temas. Deste modo, o discurso sobre os bairros sociais aparece como consequência do panóptico médico-psico-social que sobre eles é aplicado (inspiramo-nos em M. Foucault, quando assim falamos). Eles são os concentradores espaciais das imagens da desviância nas sociedades urbanas — e por isso o lugar, enquanto objectos, de exercício de cruzamentos disciplinares. Tal como a droga pode ser analisador do discurso científico sobre o comportamento desviante em geral (Agra, 1980), também o bairro social pode servir como analisador dos saberes que se reclamam do paradigma ecológico.

As práticas dos técnicos de intervenção social, já não “corrigem” nem “regeneram”, antes detectam o risco, previnem, educam; já não intervêm nos “sítios de miséria”, nos “meios malsãos”, mas nas comunidades, na rede social, nos grupos de risco; e não partem do princípio de que o pobre é um “degenerado”, mas um indivíduo vulnerabilizado ao acúmulo de desvantagens, educável (educação para a saúde, programas compensatórios escolares, etc.) e reinserível (aumenta-se-lhe a auto-estima atingida pela etiquetagem negativa e faz-se dele o centro de iniciativas conviviais, recreativas e culturais). Ao nível das práticas torna-se mais difícil detectar o corte com a grelha moral do que ao nível do discurso.

A progressiva substituição que o modelo técnico faz do modelo assistencialista pode ser lida através de vários sinais. A “casa de

correção” é agora “colégio”; a reacção social ao adolescente com problemas de comportamento não é já necessariamente a “tutoria”, mas algum “centro de iniciativa jovem” criado com fundos comunitários e colocado no centro do bairro; certas instituições de carácter humanitário, de vocação religiosa, passam a ser geridas por técnicos das ciências sociais, mantendo uma coexistência interna dos dois modelos.

Concluamos estes breves apontamentos sobre as práticas interventivas com uma reflexão que, produzida já há alguns anos, se nos afigura hoje ainda mais pertinente:

“A intervenção comunitária tem tendência a aparecer, de há alguns anos para cá, como alternativa. Apresenta-se como um reequacionar da prática dos técnicos que, algo subitamente, passam a perceber aquilo que até aí, sendo quotidiano, parecia no entanto não ser óbvio: que os indivíduos vivem em comunidade... Por si só, esta tomada de consciência seria já significativa: é no momento histórico em que a vida comunitária se encontra em diluição crescente dando lugar aos contextos urbanos impessoais, heterogêneos e de importância decrescente das relações grupais primárias, que é retomado o conceito de comunitário — compreensível nostalgia da densidade social anterior que nos situava na trama permanente de relações significativas.” (Agra e Fernandes, 1991)

3. REDEFINIR EXCLUSÃO SOCIAL

Como tantas outras noções do campo discursivo das desordens, também a de exclusão social assenta sobre uma dicotomia redutora. A categoria divisória básica *nós-os outros*, verdadeiro princípio organizador das identidades sociais, reproduz-se numa série de clivagens cuja função é a de, assinalando os lugares da desordem, perpetuar a eficácia do controle

social: doença - saúde, loucura - normalidade, irracionalidade (consciência alterada, drogas, ...) - razão, margem - centro, insegurança - ordem, preguiça/vício/ociosidade - trabalho, exclusão - integração....

Se as dicotomias podem funcionar bem na arrumação do mundo físico (o cátodo e o ânodo; o pólo positivo e o negativo; a energia potencial e a cinética....) — e mesmo assim apenas na condição de não sairmos da escala macroscópica de observação -, no mundo social a dicotomia pode servir ao jogo dos poderes mas adequa-se mal às exigências explicativas. Assim, é preferível, por exemplo, substituir a dicotomia trabalho — desemprego por uma hierarquia complexa que vai do pleno trabalho ao pleno desemprego (as figuras do extremo seriam o *workaholic*, adicto ao trabalho e o desempregado de longa data, adicto a um “estar por ali” como posição existencial totalitária); pelo meio dos extremos há diversas possibilidades: trabalhar num trabalho que não é reconhecido como trabalho (o *dealer*, por ex.), trabalhar só quando apetece (o “biscateiro”), trabalhar em sistema intermitente de modo a ir gerindo o subsídio de desemprego, combinar um trabalho legal com uma economia subterrânea, combinar a reforma com o *deal*.... De igual modo, a cidade é também uma hierarquia de indivíduos, desde o muito integrado nas tarefas e papéis reconhecidos socialmente ao muito excluído — hierarquia que vai do *normopata* ao mendigo ou ao sem-abrigo. Mesmo dentro da categoria lata dos desviantes deveríamos contemplar um continuum do desviante integrado ao desviante excluído.

Cada espaço dito de exclusão social mostra-se, quando o interrogamos a partir de uma posição fenomenológica, capaz de produzir uma

vida social espontânea que se assemelha muito pouco à exclusão. Não estamos a dizer nada de novo: as velhas monografias da Escola de Chicago já tinham chamado a atenção para a vida social dos espaços intersticiais e dos “mundos desviantes”. Aquilo que nos merece interrogação é o porquê de se insistir tão assiduamente nas dicotomias. A margem é hoje centro discursivo; não é só realidade social mas recurso retórico que visa produzir efeitos no diagrama dos micro poderes sociais.

BIBLIOGRAFIA

- AGRA, C. DA
1980. *Déviance juvenile et toxicomanie - approches épistémologiques et historico-politiques*. Louvain: U.C.L.
- AGRA, C. DA & FERNANDES, L.
1991. “Elementos para uma reflexão crítica sobre a psicologia comunitária”. In Moraes, F. & Fernandes, E. (eds) *Psicologia comunitária: experiências e reflexões*. Porto: APPORT.
- ALMEIDA, J.F. ET AL
1992. *Exclusão social — factores e tipos de pobreza em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- BOURDIEU, P.
1991. “Introduction à la socioanalyse”. In *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 90, 3-5.
- CARDOSO, A.
1993. *A outra face da cidade: pobreza em bairros degradados de Lisboa*. Câmara Municipal de Lisboa.
- DELARUE, J.
1991. *Banlieues en difficultés: la relégation*. Paris: Syros/Alternatives.
- FERNANDES, L.
1995. “O sítio das drogas. Etnografia urbana dos territórios psicotrópicos”. In *Toxicodependências*, 2, 22-32.

FISCHER, G.

1994. *Psicologia social do ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget.

FOUCAULT, M.

1976. *Surveiller et punir*. Paris: Gallimard.

GARCÍA, S.

1991. "Desigualdades Sociales Metropolitanas". In *La Ciudad ante el 2000*, separata de *Barcelona*, nº 15 (publicação periódica da Câmara de Barcelona).

GRAHAM, P & CLARKE, J.

1996. "Dangerous Places: crime and the city". In Muncie, J. & MacLaughlin, E. (eds) *The Problem of Crime*. Londres: Sage.

LEWIS, O.

1983. *Los hijos de Sanchez*. México: Gujalbo.

SANTOS, B. S.

1980. "O discurso e o poder — ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica". In *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, número especial de homenagem ao Prof. José Joaquim Ribeiro.

SHIELDS, R.

1991. *Places on the margin: alternative geographies of modernity*. Londres: Routledge.

SPENCE, L.

1991. "Des havres de sécurité?" In *Déviance et Societé*, 3, 317-328.